



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Orçamento do Estado para 2020

Programa Orçamental Representação Externa

---

DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE

21 de janeiro de 2020



## ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
PRIMEIRA PARTE: AS PRIORIDADES DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA .....	4
SEGUNDA PARTE: OS MEIOS FINANCEIROS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL.....	26
TERCEIRA PARTE: OS MEIOS HUMANOS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL.....	32

## **NOTA INTRODUTÓRIA**

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão na Assembleia da República da Proposta de Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) para 2020. Organiza-se em três partes distintas.

Na primeira parte, são apresentadas as principais medidas de política para o ano de 2020, que os recursos financeiros e humanos do MNE contribuirão para pôr em prática. De modo a compreender a continuidade e o desenvolvimento de tais medidas, começa por fazer-se um breve balanço das medidas concretizadas e das metas alcançadas e ao longo de 2019.

Na segunda parte, são apresentados os meios financeiros ao dispor da representação externa de Portugal em 2020. Estes meios provêm de várias fontes de financiamento e assumem diversas formas, da despesa corrente e de investimento às linhas de crédito e garantias, que serão devidamente especificadas.

Na terceira parte, é registada a evolução da rede externa e são listados os meios humanos do Ministério, segundo as diferentes categorias profissionais e funcionais.

## **PRIMEIRA PARTE: AS PRIORIDADES DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA**

### **1. BALANÇO DE 2019**

Tendo presentes os eixos prioritários de intervenção do Governo na política externa e a necessidade de concretizar uma gestão rigorosa e flexível, o MNE realizou, em 2019, um conjunto de medidas de política das quais se destacam:

#### **1.1. No âmbito da política europeia:**

- Arranque formal dos trabalhos de preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE) no primeiro semestre de 2021 com a criação, através de uma Resolução do Conselho de Ministros, da Estrutura de Missão para a PPUE e a negociação, com a Alemanha e Eslovénia, do esboço do programa do Trio de Presidências;
- Defesa dos interesses nacionais nas negociações – globais e dos regulamentos setoriais – do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 (QFP). Entre os aspetos já adquiridos, destacam-se os seguintes: a maior inclusividade nos programas de gestão centralizada; a inscrição de um vasto número de referências às nossas regiões ultraperiféricas (Madeira e Açores) em vários programas; e a criação do Instrumento Orçamental para Convergência e Competitividade.
- Participação em diversos grupos de Estados-membros com posições convergentes (“*like-minded*”), de forma a promover os interesses nacionais nas negociações do QFP;
- Cumprimento das regras da Zona Euro, em matéria de consolidação orçamental e equilíbrio das finanças públicas, incrementando assim a credibilidade internacional do país e melhorando de forma sustentada as condições de financiamento do Estado, das empresas e das famílias;
- Participação ativa na elaboração da Agenda Estratégica 2019-2024, continuando designadamente a impulsionar a conclusão da União Económica e Monetária;
- Participação na negociação do acordo de saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*), defendendo os interesses nacionais, com especial enfoque nos direitos dos cidadãos; e assegurando, ao mesmo tempo, as medidas de preparação e contingência nos vários cenários possíveis de *Brexit*;
- Participação no diálogo permanente com vista à promoção dos valores fundamentais da União Europeia (UE), em particular no que concerne à defesa do Estado de Direito e à implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais; concretização da iniciativa dos “Encontros com Cidadãos” sobre o Futuro da Europa e apresentação do respetivo relatório nacional;
- Impulso político e acompanhamento das iniciativas legislativas nas áreas do Mercado Interno, designadamente no âmbito das Estratégias do Mercado Único de Bens e Serviços, do Mercado Único Digital e da União da Energia, assim como na aplicação do



Acordo de Paris e na estratégia de descarbonização da economia e de redução das emissões de gases com efeito de estufa;

- Participação nos programas de regulação das migrações e na resposta europeia aos refugiados, através do apoio à reforma do sistema europeu de asilo, ao acolhimento dos refugiados e migrantes resgatados no Mar Mediterrâneo, ao desenvolvimento da Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia, à cooperação com países de origem e de trânsito e à execução do Acordo UE-Turquia;
- Implementação da agenda de segurança interna, incluindo na vertente da prevenção e combate ao terrorismo, nas suas múltiplas vertentes; e da agenda de reforço do mecanismo europeu de proteção civil;
- Acompanhamento da implementação da nova estratégia comercial da UE e das negociações com, entre outros, o México, o Japão, Singapura, a Austrália, a Nova Zelândia, o Mercosul, os países ASEAN e a China;
- Acompanhamento da implementação da Estratégia Global de Segurança da União Europeia e da Política Externa e de Segurança Comum, nomeadamente através da integração na Cooperação Estruturada Permanente;
- Contribuição para o debate em matéria de alargamento e para o desenvolvimento da Política Europeia de Vizinhança, quer a Sul, quer a Leste, com atenção específica, da parte de Portugal, à relação com o espaço regional do Mediterrâneo, do Sahel e da África Ocidental.

### 1.2. No âmbito das relações multilaterais:

- Contribuição para a afirmação e reputação de Portugal, promovendo um multilateralismo efetivo e o respeito pelos valores da Carta das Nações Unidas, a qual se traduziu, entre outros resultados, na eleição de Portugal para várias instâncias:
  - Conselho Executivo da Organização Mundial de Turismo;
  - Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental;
  - Conselho Executivo da UN-HABITAT;
- No quadro das Nações Unidas:
  - Participação ativa em todo sistema das Nações Unidas, com ênfase nas agendas de direitos humanos, paz e segurança, migrações, oceanos e alterações climáticas, incluindo a Cimeira da Ação Climática realizada à margem da 74ª Assembleia Geral e a COP25 da Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas;
  - Exercício da vice-presidência do Conselho Executivo da UNESCO, proposta da consagração do dia 5 de maio como *Dia Mundial da Língua Portuguesa* (adotada na 40ª Conferência Geral) e lançamento das iniciativas *Open Science* e 3.º Relatório sobre o Futuro da Educação;
  - Participação portuguesa em missões de paz, designadamente na República Centro-Africana;



- Envolvimento na Agenda 2030 e na monitorização da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, incluindo a participação nas reuniões do Fórum Político de Alto Nível da Agenda 2030 e na Cimeira dos ODS, realizada à margem da 74ª Assembleia Geral;
- No quadro da defesa dos direitos humanos, realização de ações em sede de Nações Unidas, Conselho da Europa e CPLP, tendo em vista a abolição da pena de morte; e comemoração do 30.º aniversário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do 70.º aniversário do Conselho da Europa;
- No quadro da luta contra o problema mundial da droga, participação ativa na adoção da Declaração Ministerial na 62.ª Sessão da Comissão de Estupefacientes; e eleição de Portugal para a Presidência do Grupo de Cooperação em Matéria de Luta Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Estupefacientes (Grupo Pompidou), do Conselho da Europa, para o mandato 2019-2022;
- No quadro da CPLP, contribuição para a implementação da “Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)” e lançamento, no contexto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, de um novo programa de bolsas para investigação em ensino português;
- No quadro da NATO, valorização da dimensão política da Aliança e da relação de complementaridade com a UE;
- No quadro da prevenção e combate ao terrorismo, participação nas plataformas europeias de cooperação entre organismos de segurança e informações, e em missões internacionais, designadamente no quadro da Coligação Internacional de Combate ao *Daesh*;
- No quadro do relacionamento entre a Europa e a América Latina, valorizando a nossa participação na Conferência Ibero-Americana (com apoio específico à presidência de Andorra) e na Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI);
- No quadro do relacionamento entre a Europa e a África, apoio à implementação de uma Aliança Europa-África e da parceria UE-UA, nomeadamente através da participação nacional na Ministerial UE-UA; bem como a integração em fóruns formais e informais, como a União para o Mediterrâneo, o Diálogo 5+5 e a Cimeira das Duas Margens.

### **1.3. No âmbito do reforço das relações bilaterais:**

- Relacionamento bilateral com os países de língua portuguesa, com a realização de cimeiras ou encontros de alto nível com Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe;
- Consolidação das relações bilaterais com os países europeus (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Espanha, Eslováquia, Eslovénia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Polónia, Reino Unido, Roménia, Sérvia, Suécia, Suíça e Turquia);
- Desenvolvimento do relacionamento bilateral com os Estados Unidos da América, com a realização das 41.ª e 42.ª sessões da Comissão Bilateral Permanente e com destaque



para as matérias ligadas à Base das Lajes e para a intensificação do diálogo e concertação em diversos domínios estratégicos, como a defesa, economia, energia, ciência, tecnologia e educação;

- Valorização dos laços com a América Latina e as Caraíbas, desenvolvendo o potencial que os países da região oferecem às empresas portuguesas e reforçando o relacionamento com vários países (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Belize, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela);
- Reforço do relacionamento com os países da África Subsaariana, considerando, designadamente, a presença de comunidades portuguesas e os interesses comuns em matéria económica, de segurança e de estabilização institucional, dando continuidade aos contactos a nível político (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: África do Sul, Costa do Marfim, Eswatini, Gâmbia, Guiné Equatorial, Lesoto, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda e Senegal);
- Aprofundamento das relações bilaterais com os países do Norte de África nas suas múltiplas vertentes, em particular com Egípto, Marrocos e Tunísia, através da realização de visitas ministeriais e de consultas políticas;
- Desenvolvimento das relações com os países da Ásia e Ásia-Pacífico, através da realização de visitas e consultas políticas e da negociação de instrumentos bilaterais, salientando-se a promoção da Parceria Estratégica Global com a China e o incremento muito significativo da relação com a Índia, tendo o Primeiro-Ministro sido o convidado de honra da comemoração do 150.º aniversário do nascimento de Mahatma Gandhi (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Austrália, China, Emirados Árabes Unidos, Índia, Indonésia, Irão, Japão, Jordânia, Malásia, Nova Zelândia, República da Coreia, Tailândia e Sri Lanka);
- Realização das Comissões Mistas com Brasil, China e Região Administrativa Especial de Macau, Estados Unidos da América, Emirados Árabes Unidos, República da Coreia e Turquia;
- Acompanhamento permanente, a título nacional e no âmbito do Grupo de Contacto Internacional, da crise política na Venezuela, no sentido do encorajamento e viabilização de uma solução política pacífica e democrática.

#### **1.4. No âmbito da promoção da língua e cultura portuguesas:**

- Ensino da língua e cultura portuguesas no contexto da formação superior, nomeadamente, através de:
  - Expansão da rede Camões em universidades estrangeiras, incluindo por via da criação de um novo leitorado em Argel e do estabelecimento de protocolos de cooperação com instituições de ensino superior portuguesas e de outros países da CPLP;



- 10 novos protocolos para apoio à docência assinados em 2019 com universidades estrangeiras (países: Canadá, EUA, México, Panamá, Peru, Venezuela, Bélgica, Eslovénia, Reino Unido);
- Expansão da rede de cátedras, promovendo o ensino e investigação em estudos de língua e cultura portuguesa; quatro novas cátedras lançadas em 2019: na Alemanha (Universidade de Gotinga, “Cátedra José de Almada Negreiros”), na Bulgária (Universidade Sveti Kliment Ohridski, “Cátedra José Saramago”), no Chile (Universidade de Playa Ancha, “Cátedra Fernão de Magalhães”) e em Itália (Universidade de Milão, “Cátedra António Lobo Antunes”);
- Dinamização dos Centros Culturais Portugueses no apoio aos criadores das diferentes culturas em português, à sua internacionalização, bem como à criação e fidelização de públicos;
- Ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro no contexto dos sistemas de ensino básico e secundário, nomeadamente através de:
  - Desenvolvimento da rede de ensino português como língua de herança, dando assim resposta às necessidades da comunidade portuguesa, através da consolidação dos cursos complementares (como são os exemplos do Luxemburgo e da África do Sul);
  - Apoio à aprendizagem do português como língua estrangeira, por via da promoção da integração curricular em currículos nacionais, regionais de interesse geoestratégico ou, ainda, de diásporas de longa implementação, com destaque para países europeus, africanos e latino-americanos;
  - Fortalecimento das Coordenações de Ensino Português no Estrangeiro (CEPES), com atribuições globais nas áreas do ensino básico, secundário e superior e no favorecimento da integração curricular do português em sistemas de ensino de países terceiros, em articulação com Ministério da Educação no caso das Escolas Portuguesas no Estrangeiro;
  - Alargamento da integração curricular do português em sistemas de ensino de outros países terceiros;
- Qualificação e promoção do ensino português no estrangeiro, através, designadamente, da continuidade das seguintes medidas:
  - Plano de Incentivo à Leitura (mais de 20 mil exemplares/ano; mil projetos/ações envolvendo 50 mil participações de alunos do EPE);
  - Programa de Distribuição de Manuais Escolares, que enriquecem a qualidade do ensino português no estrangeiro;
  - Biblioteca Digital do Camões IP (melhorada através de medida incluída no Programa Simplex+);
  - Disponibilização do Exame escolar PLE juvenil CAMÕES JÚNIOR, na modalidade de e-Certificação (aplicação piloto em Pamplona-Espanha);
  - Formação contínua de professores, tradutores e intérpretes;



- Disponibilização de um programa de bolsas de língua e cultura portuguesas para aperfeiçoamento de competências linguísticas, estudo e investigação, formação científica ou profissional na área de português como língua não materna e formação e/ou o aperfeiçoamento na área de tradução e interpretação de conferências (184 bolsas, beneficiando 260 bolseiros);
- Protocolos para Apoio Bibliográfico, Cultural e Científico;
- Reforço da atividade da rede de Centros de Língua Portuguesa (CLP); três novos CLP abertos em 2019 (Cabo Verde, Panamá e México) e reaberto o CLP na Sérvia (Universidade de Belgrado);
- Alargamento da Rede de Escolas e Centros Associados de português como língua estrangeira (PLE);
- Consolidação da utilização da língua portuguesa em organizações internacionais; estabelecimento do dia 5 de maio como Dia Mundial da Língua Portuguesa, pela UNESCO;
- Na Ação Cultural Externa (ACE), a programação cultural, reunida no Plano Indicativo de Anual (PIA), abrangeu 86 países (mais três do que em 2018);
  - A presença de Portugal teve destaque na Feira Internacional do Livro (FIL) de Sevilha (onde foi país-convidado), FILBO Bogotá e na FIL de Guadalajara, que se seguiu à presença de 2018 (onde fora país-convidado);
  - Início do programa das Comemorações do V Centenário da Viagem de Circum-Navegação de Fernão Magalhães, com participação da rede externa do MNE, privilegiando ações relacionadas com a efeméride;
  - Celebrações do centenário do nascimento de Sophia de Mello Breyner;
  - Aprofundada a relação de articulação interministerial (MNE-Ministério da Cultura), para mais-valias do conceito estratégico da ACE (visão integrada e ação conjugada das políticas públicas da ação cultural no estrangeiro), a par com maior envolvimento de instituições públicas e privadas e melhor articulação com os planos da AICEP e do Turismo de Portugal.

#### **1.5. No âmbito da política de Cooperação para o Desenvolvimento:**

- Assinatura do novo Programa Estratégico de Cooperação (PEC) com Timor-Leste;
- Consolidação dos projetos com financiamento europeu, geridos e implementados pela cooperação portuguesa, tanto nos PALOP e Timor-Leste, como em novas geografias (Brasil, Colômbia, África Ocidental);
- Aprovação de um contingente fixo de 210 bolsas externas para o ano letivo 2019-20, das quais 147 para licenciatura, 38 para mestrado e 25 para doutoramento. No ano letivo de 2019-20, foram igualmente concedidas 24 bolsas (12 de licenciatura e 12 de Mestrado), em Portugal, na área da música e artes, ao abrigo do projeto de cooperação delegada Procultura;



- Promoção da diversificação de fontes de financiamento da cooperação para o desenvolvimento e do apoio ao investimento do setor privado nos países em desenvolvimento e emergentes, designadamente através de uma melhor articulação com as instituições financeiras internacionais (Banco Europeu de Investimento, Grupo Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento);
- Redinamização da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A., – instituição financeira de crédito para apoio ao investimento privado nos países em desenvolvimento e emergentes, incluindo a sua recapitalização e a aprovação de novos instrumentos financeiros para alavancagem junto das instituições financeiras internacionais;
- Realização com o Banco Africano de Desenvolvimento do “Compacto para o Financiamento do Desenvolvimento dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” (Compacto Lusófono), tendo em vista a promoção do investimento privado nesses países através de mecanismos de mitigação de risco, financiamento e assistência técnica;
- Lançamento de uma nova linha de financiamento para projetos de ação humanitária, incrementando a capacidade de ação das organizações não-governamentais para o desenvolvimento (ONGD) e o seu acesso a financiamento internacional; e consolidação das restantes linhas de cofinanciamento de projetos de ONGD;
- Participação ativa nas negociações do próximo QFP, no âmbito do instrumento de ação externa, bem como no mandato negocial do futuro relacionamento UE-ACP (países do Grupo África, Caraíbas e Pacífico), e na definição da nova arquitetura financeira europeia para o desenvolvimento;
- Ajuda humanitária e de emergência dada por Portugal a Moçambique pós-ciclones Idai e Kenneth, que se traduziu na resposta de emergência (com o socorro imediato e o envio de bens e meios humanos) e na criação do Fundo de Apoio à Reconstrução, que já permitiu aprovar o financiamento, no valor total de dois milhões de euros, de projetos implementados por ONGD portuguesas nos sectores da saúde, educação, água e saneamento e segurança alimentar;
- Criação do Instrumento de Resposta Rápida para Situações de Emergência, ao qual se podem candidatar as ONGD nele inscritas e que disporá, a partir de 2020, de 250 mil euros anuais;
- Organização em Lisboa de reuniões internacionais de alto nível em matéria de cooperação triangular, reforçando o papel de liderança que a Cooperação Portuguesa tem vindo a assumir na criação de pontes entre doadores tradicionais e atores da cooperação Sul-Sul;
- Assinatura de novos memorandos de entendimento (MdE) de cooperação triangular, nomeadamente com o Peru, bem como operacionalização do MdE com a Argentina, através de projetos em Moçambique e Timor Leste;
- Apoio ao trabalho da Plataforma Global dos Estudantes Sírios e promoção, nos fóruns internacionais relevantes, da criação de um Mecanismo de Resposta Rápida para o Ensino Superior em Situações de Emergência.



**1.6. No domínio da cidadania da CPLP, destaca-se a concretização da seguinte medida:**

- Participação ativa nos trabalhos nas reuniões técnicas conjuntas para negociação de um acordo sobre mobilidade no âmbito da CPLP, tendo em vista a progressiva construção de uma cidadania da CPLP e seguindo as orientações da Cimeira do Sal (julho de 2018).

**1.7. No âmbito da atividade consular e da valorização das relações com as comunidades portuguesas:**

- Acompanhamento muito atento e próximo à comunidade portuguesa e luso descendente na Venezuela, através de:
  - Reforço da rede consular, com a abertura de concurso para seis elementos nos Consulados Gerais;
  - Continuação da isenção de pagamento de emolumentos consulares, o que constitui uma importante poupança para aos cidadãos nacionais, sobretudo os mais carenciados e que implicou entre 2017 e 2019 a perda de receita consular no valor de 12,1 M€;
  - Prosecução da realização de permanências consulares e continuação da implementação do regime excecional no quadro do ASEC-CP, que veio flexibilizar o acesso de cidadãos em situação vulnerável a apoios sociais, com pagamentos que ascenderam a quase 28 mil euros;
  - Concessão de apoios financeiros ao movimento associativo, que em 2019 ascenderam a cerca de 80 mil euros;
  - Operacionalização de uma rede de apoio médico à comunidade portuguesa em quatro pontos na Venezuela: realização de consultas e exames gratuitos e disponibilização de medicamentos;
  - Articulação com outros departamentos ministeriais, poder local e o Governo Regional da Madeira, no que se refere ao acolhimento em Portugal de cidadãos provenientes da Venezuela;
  - Envio de 1,7 toneladas de medicamentos entre 2018 e 2019;
  - Manutenção de apoio financeiro no quadro do ASIC-CP a 57 nacionais portugueses, com atribuição de apoios que, em 2019, ascenderam a 157 mil euros.
- Apoio específico à comunidade portuguesa residente no Reino Unido, através de:
  - Reforço da estrutura consular em Londres e Manchester com meios informáticos (novos computadores, servidores, quiosques fixos e móveis, novo sistema de gestão de filas de espera) e humanos: o número de trabalhadores passou de 26, em 2015, para 49 em 2019;
  - Reforço dos Consulados Gerais (CG) de Londres e de Manchester com equipas técnicas do Instituto de Registos e Notariado (IRN) e do Serviço de Estrangeiros



- e Fronteiras (SEF) e funcionários do MNE (um total de 6 elementos), de abril a outubro de 2019;
- Realização de 12 sessões de esclarecimento sobre o *Brexit*;
  - Alargamento do horário de funcionamento de ambos os Consulados;
  - Alargamento do espaço de atendimento do CG Londres, com o arrendamento de instalações contíguas ao Consulado Geral;
  - Criação da linha do Centro de Atendimento Consular para o Reino Unido, que entre 1 de abril e 20 de dezembro atendeu 84,2 mil chamadas telefónicas e respondeu a perto de 40 mil *e-mails*.
  - Aumento das Permanências Consulares, com 35 permanências em 2019, num total de 93 dias de atendimento aos cidadãos, em todo o território britânico. Realização de permanências consulares extraordinárias: 4 na área de jurisdição de Manchester e 5 na área de jurisdição de Londres, aumentando o número para 44. Especial destaque para a realização de permanências consulares pela primeira vez em Hamilton, nas Bermudas, em Aberdeen na Escócia, na Ilha de Man e na ilha de Jersey;
- Contacto e visita às comunidades portuguesas residentes nos seguintes países: África do Sul, Alemanha, Brasil, Cabo Verde, Canadá, China (Macau), Estados Unidos da América, Espanha, França, Holanda, Luxemburgo, Malásia, Moçambique, Reino Unido, Suíça e Venezuela;
  - Prospecção da modernização da rede consular numa ótica de simplificação e de proximidade com os utentes, dando-se continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Gestão Consular por via da entrada em funcionamento do eSGC;
  - Operacionalização nos Consulados Gerais em Londres e Bruxelas de estruturas do “Espaço do Cidadão”;
  - Reforço da rede consular com a abertura do Consulado Geral em Cantão;
  - Consolidação da ação do Gabinete de Emergência Consular e da sua articulação com outros serviços relevantes e a rede consular do MNE, permitindo o reforço da proteção consular dos portugueses residentes ou em trânsito no estrangeiro;
  - Desenvolvimento de novas funcionalidades da *App* do Registo do Viajante, permitindo a utilização em dispositivos *tablet* e criação de novos mecanismos de gestão dos viajantes, disponibilizando o registo na *App* também através do Portal das Comunidades;
  - Divulgação da atividade de proteção consular do MNE e da *App* registo viajante, mediante a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa;
  - Organização dos Diálogos com as Comunidades na Suíça (Lausanne, Berna, Genebra, Sierre e Zurique), na Bélgica (Bruxelas), no Reino Unido (Londres), em França (Paris, Bordéus/Cenon, Lyon, Toulouse, Pontault-Combault), nos Estados Unidos da América (Newark e Elizabeth, Nova Jérсия; Hartford, Connecticut; Farmingville/Long Island, Nova Iorque; Boston e Hudson, Massachusetts; Hilmar, Turlock, Santa Clara e San Jose, Califórnia), no Canadá (Montreal, Toronto, Kingston, Otava e Edmonton) e no



Luxemburgo. Dos temas abordados destacam-se os relativos à agilização e modernização dos serviços consulares, promoção do ensino do português e o novo regime jurídico do recenseamento eleitoral, assim como questões fiscais, laborais, sociais, de segurança, de cidadania e de igualdade de género;

- Continuação do alargamento da rede e reforço das atribuições dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), com a inclusão de funcionalidades relacionadas com as atividades de investimento e do turismo;
- Continuação do estabelecimento de protocolos de cooperação com municípios estrangeiros no Canadá (Toronto) e no Reino Unido (Londres), tendo em vista a valorização das comunidades portuguesas nessas localidades;
- Promoção do empreendedorismo da diáspora portuguesa enquanto alavanca da internacionalização da economia portuguesa, através da ação do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora;
  - Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID), anunciado pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e pela Ministra da Coesão Territorial no IV Encontro em Viseu, que permitirá dar enquadramento formal, integrado e multidisciplinar/em rede ao empreendedorismo das comunidades portuguesas, apoiando-o em linhas de apoio financeiro dedicadas e em contínuo, promovendo a ligação aos territórios e contribuindo para o respetivo desenvolvimento;
  - Realização, em dezembro de 2019, do IV Encontro de Investidores da Diáspora em Viseu, e, em julho de 2019, do II Encontro Intercalar de Investidores da Diáspora, no Funchal, Madeira;
- Valorização das redes que reúnem estudantes, investigadores e profissionais pós-graduados portugueses na Alemanha, Benelux, Estados Unidos da América, França e Reino Unido (GRaPE, Graduados Portugueses nos Estrangeiros);
- Promoção do ensino superior português junto das comunidades portuguesas e lusodescendentes, através de ações conjuntas das Secretarias de Estado das Comunidades Portuguesas e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em vários países europeus, nos EUA, África do Sul e Brasil;
- Valorização do Conselho das Comunidades Portuguesas, designadamente da ação do Conselho Permanente, da participação ao nível político nas diversas reuniões das comissões temáticas e nos Conselhos Regionais;
- Continuação da valorização do associativismo entre as comunidades, designadamente através da implementação do regime de apoios financeiros aprovado em 2017, que contemplou a realização de diversas ações de formação envolvendo centenas de participantes;
- Incentivo à participação eleitoral dos cidadãos residentes no estrangeiro, no quadro das novas condições de participação nos atos eleitorais para o Parlamento Europeu e a Assembleia da República;
- Realização na cidade do Porto, em julho de 2019, do I Encontro das Redes da Diáspora Portuguesa no mundo;



- Reforço do programa das presenças consulares em todo o mundo;
- Digitalização, em parceria com o Ministério da Cultura, do acervo documental existente nos Reais Gabinetes de Leitura do Brasil;
- Assinatura de protocolo com a Imprensa Nacional Casa da Moeda, tendo como objetivo o lançamento de um prémio literário para a Diáspora “Prémio Imprensa Nacional/Ferreira de Castro”.

#### 1.8. No âmbito da internacionalização da economia:

- Aprofundamento da abertura da economia portuguesa ao exterior e prossecução do apoio à internacionalização, através do fomento das exportações, da atração de investimento direto estrangeiro e da promoção do investimento português no estrangeiro;
- Execução das medidas previstas no Programa Internacionalizar, acompanhada regularmente pelo Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia, o qual, dentro do cronograma de realização previsto (2017-2019), atingiu um grau de execução próximo dos 95%;
- Prossecução do objetivo estratégico de aumento da captação de investimento, através, designadamente, de:
  - Missões de captação de investimento direto estrangeiro para Portugal, e de *after-care*, nos seguintes países: Alemanha, Brasil, China, Espanha, Estados Unidos da América, Emirados Árabes Unidos, Filipinas, França, Irlanda, Reino Unido e Suíça;
  - Apoio ao investimento, com aproveitamento do programa Portugal 2020 e por via de incentivos fiscais. A AICEP voltou a atingir um valor recorde na contratualização de contratos de investimento (o maior desde a sua criação), com mais de mil milhões de investimento contratado;
  - Apoio à qualificação do território através da divulgação da ferramenta de promoção internacional *Portugal Site Selection*;
  - Desenvolvimento do Fundo de Fundos para a Internacionalização – instrumento de coinvestimento dotado, em cinco anos, de 100 milhões de euros, com a concretização de uma primeira operação com o FEI – Fundo Europeu de Investimento – no valor de 50 M€.
- Apoio à internacionalização de empresas e às empresas exportadoras (quer para abertura de novos mercados, quer em mercados já com presença de empresas portuguesas), designadamente através de:
  - Realização de missões nos seguintes países: China, Costa do Marfim, Espanha, Estados Unidos da América, França, Irlanda, Marrocos, Paraguai e Reino Unido;
  - Atribuição de incentivos financeiros, no âmbito do programa Portugal 2020, através de contratualização de projetos que reforcem a capacitação empresarial das PME e permitam potenciar a sua base e capacidade exportadora, assim como o reconhecimento internacional, através da implementação de ações de promoção



- e *marketing*, da presença em certames internacionais e da prospeção e acesso a novos mercados;
- Participação em feiras internacionais em diversos setores produtivos, da fileira casa e decoração ao agroalimentar, da metalomecânica ao calçado, etc.;
- Realização do seguimento das reuniões de cadeias de valor: aeronáutica, agroalimentar, moda, automóvel, água, ensino superior, saúde e TIC.
- Apoio às empresas exportadoras e à captação de IDE no contexto do *Brexit*;
- Conclusão da 23.ª edição e lançamento da 24.ª edição do Programa INOV-Contacto;
- Participação e valorização do evento internacional *Web Summit*, através, designadamente, do apoio à organização e sua coordenação, e do apoio à participação de convidados estrangeiros;
- Desenvolvimento da preparação da participação nacional na Expo Dubai 2020;
- Participação ativa nos Pactos para a Competitividade e Internacionalização, liderados pelo Ministério da Economia da Transição Digital.

## 2. PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA PARA 2020

Numa ótica de continuidade e aprofundamento dos objetivos estratégicos da ação externa, e na linha de coerência que a caracteriza, a política externa portuguesa desenvolver-se-á, em 2020, em torno dos seguintes eixos estruturais:

- Integração europeia;
- Multilateralismo;
- Relações bilaterais;
- Internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesa;
- Cooperação para o desenvolvimento;
- Valorização da CPLP, tendo em vista a promoção da cidadania da CPLP e a sua projeção como espaço económico;
- Valorização das comunidades portuguesas;
- Internacionalização da economia portuguesa.

### 2.1. No âmbito da política europeia, serão empreendidas as seguintes medidas principais:

- Prosseguir os trabalhos de preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2021 (PPUE), com as suas quatro prioridades: agenda social; transição digital; ação climática; política externa e relações com África;
- Contribuir para que seja acordado atempadamente o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, por forma a evitar a descontinuidade entre os dois quadros comunitários, e garantir que o resultado final seja satisfatório para os interesses nacionais, promova os valores europeus e valorize e financie de forma adequada políticas estratégicas da UE,



como a Política de Coesão e a Política Agrícola Comum e as necessidades específicas das regiões ultraperiféricas. Negociação do Acordo de Parceria com a UE-PT 2030;

- Acompanhar a fase final do processo da saída do Reino Unido da UE (*Brexit*), com especial enfoque nos direitos dos cidadãos, no turismo e na proteção das empresas; e participação na negociação do futuro Acordo UE-Reino Unido, bem como na promoção do relacionamento bilateral com o eixo de países europeus e atlânticos, num contexto pós-*Brexit*;
- Contribuir para a conclusão da União Económica e Monetária, prossequindo a defesa de um desenho do Instrumento Orçamental para a Convergência e Competitividade que lhe permita tornar-se um embrião de uma capacidade orçamental da Zona Euro; avançar na conclusão da União Bancária;
- Contribuir para que seja alcançado acordo sobre a abordagem europeia à política de asilo, de migrações e de acolhimento dos refugiados;
- Participar ativamente nos vários processos negociais de acordos de livre comércio com países terceiros e nos restantes dossiês da política comercial da UE, juntamente com a salvaguarda dos interesses nacionais na relação económica e comercial com os Estados Unidos da América, a China, a Índia e outros atores;
- Contribuir para a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Participar num novo impulso da União Europeia, baseado na promoção e defesa dos valores fundamentais da União, em particular o Estado de Direito e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- Implementar o Pacto Ecológico Europeu, a nova política industrial e a política de pequenas e médias empresas, assim como a transformação digital;
- Contribuir para o Alargamento;
- Participar na concretização da Aliança Europa-África e no reforço da cooperação com a União Africana;
- Estimular o debate europeu através da organização de conferências públicas sobre domínios da ação da União Europeia, dedicando especial atenção à PPUE.

## **2.2. No âmbito das relações multilaterais merecem destaque as seguintes medidas:**

- Continuar a contribuir para a afirmação e reputação de Portugal, promovendo a vinculação ao multilateralismo, valorizando o respeito pelo direito internacional, pelo direito internacional humanitário e a diplomacia para a paz, e praticando uma cultura de defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos, alicerçada na democracia e Estado de Direito;
- No quadro das Nações Unidas:
  - Participar ativamente em todo o sistema das Nações Unidas, nomeadamente na celebração do 75º aniversário, com atenção permanente ao programa de ação do Secretário-Geral, a saber, a articulação das agendas das soberanias e



- agenda dos direitos humanos, a concretização de uma visão holística de paz e segurança e a valorização da multiculturalidade;
- Apoiar a liderança do Diretor-Geral da Organização Internacional das Migrações e valorizar as migrações como um tema caro a Portugal;
  - Destacar as missões de paz e de segurança, a agenda das alterações climáticas e a agenda humanitária, a implementação dos Pactos das Migrações e dos Refugiados, a concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a reforma do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas;
  - Organizar, na qualidade de anfitrião, a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, que terá lugar em Lisboa, de 2 a 6 de junho de 2020;
  - Participar na COP15 da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (Kunming, China) e na COP26 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (Glasgow, Reino Unido);
  - Continuar a desempenhar um papel relevante nas negociações internacionais sobre o problema mundial da droga;
  - Acompanhar a avaliação da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
  - Valorizar o mandato no conselho executivo da UNESCO (2017-2021), tendo em vista os projetos aprovados na 40ª Conferência Geral; e organizar o Encontro Europeu de Comissões Nacionais da UNESCO;
  - Promover a candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança, no mandato 2027-2028, com a finalidade de ganhar projeção face às candidaturas concorrentes dentro do mesmo grupo regional;
  - Acompanhar os processos de candidatura em curso, promovendo ações tendentes à reeleição do Dr. José Manuel Santos Pais para o Comité de Direitos Humanos (ICCPH), a decorrer em junho de 2020, e à recondução para o próximo mandato da Dra. Patrícia Galvão Teles à Comissão de Direito Internacional (CDI) em 2021;
- No quadro do combate ao terrorismo, participação nas plataformas europeias de cooperação entre organismos de segurança e informações e participação em missões internacionais, designadamente no quadro da Coligação Internacional de Combate ao *Daesh*;
  - Na NATO, valorizar a dimensão política da Aliança, intervindo quer na defesa coletiva, quer na projeção de estabilidade e na segurança cooperativa; sedear em Portugal um Centro de Excelência NATO para o domínio marítimo;
  - Valorizar a participação nas organizações da Conferência Ibero-americana e aumentar a presença em projetos e iniciativas de cooperação;
  - Participar nos fóruns multilaterais e regionais de cooperação, desenvolvimento e segurança, tirando partido da capacidade nacional de interlocução com diferentes espaços regionais, designadamente na OSCE, na União para o Mediterrâneo, no Conselho da Europa e nas atividades do Centro Norte-Sul, sediado em Lisboa;



- Organizar, na qualidade de anfitrião, a reunião Ministerial da Convenção Oslo-Paris para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste - Convenção OSPAR, (Queluz-Cascais).

### **2.3. No âmbito das relações bilaterais destaca-se o relacionamento:**

- Com cada um dos países de língua portuguesa;
- Com os Estados Unidos da América, acrescentando novas dimensões à cooperação nas áreas da segurança e defesa, designadamente no Centro de Defesa Atlântico e no *Air Center*; aprofundando a cooperação nas áreas da economia, energia, ciência, tecnologia e educação; e progredindo nas medidas de solução das questões ambientais na Ilha Terceira;
- Com o Canadá, aprofundando as relações nas diversas vertentes, tomando partido do Acordo de Comércio UE-Canadá e tendo em vista a comunidade portuguesa ali residente;
- Com a Espanha, diligenciando para a realização da XXXI Cimeira Luso-Espanhola;
- Com a França e a Alemanha, tendo particularmente em conta a densidade das relações económicas e a convergência nos grandes temas da política europeia e internacional;
- Com o Reino Unido, garantindo uma relação futura tão próxima e profunda quanto possível no cenário pós-*Brexit*;
- Com outros países europeus, com destaque para a Eslovénia, enquanto membro do Trio das Presidências;
- Com os países da África Ocidental, Oriental e Austral, considerando quer as relações históricas, quer os interesses comuns, quer a presença, em muitos deles, de importantes comunidades portuguesas;
- Com os países do Magrebe, considerando questões de vizinhança, mobilidade, segurança e economia, prestando também a necessária atenção à região do Sahele;
- Com os países latino-americanos, aprofundando as relações com a Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai, quer na vertente económica, quer na língua e cultura;
- Com os países da Ásia-Pacífico, designadamente no que concerne a um novo patamar de relacionamento com a China e Índia, assim como face a outros importantes parceiros como o Japão e a República da Coreia.

### **2.4. No âmbito da internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesas serão concretizadas as seguintes medidas principais:**

- Na área do ensino da língua e cultura portuguesas:
  - Consolidar a rede de docência de ensino de português no estrangeiro, nos níveis básico, secundário e superior, garantindo o ensino às comunidades portuguesas



no estrangeiro e, por outro lado, a integração do português nos currículos nacionais ou regionais de diferentes países;

- Concretizar parcerias entre o Camões I.P. e universidades estrangeiras e/ou instituições congéneres, de forma a que a língua portuguesa seja ensinada e promovida cada vez mais como uma língua global e pluricêntrica, num espaço pluricontinental de cooperação política e económica;
- Medidas de difusão e internacionalização da língua e cultura portuguesas:
  - Intensificar a aposta em novos recursos tecnológicos, na vertente digital de serviços e conteúdos, que concorram para a promoção da língua, como o ensino à distância e conteúdos didáticos, designadamente no novo quadro de ação atribuído à Universidade Aberta;
  - Incrementar o Sistema de Certificação da Língua Portuguesa no mundo;
  - Incluir o português nos sistemas de creditação de acesso ao ensino superior no estrangeiro;
  - Consolidar a utilização da língua portuguesa em organizações internacionais e promover a organização da primeira edição do Dia Mundial da Língua Portuguesa;
  - Reforçar a programação cultural no estrangeiro, mediante a conjugação de contributos interministeriais, designadamente MNE e Ministério da Cultura;
  - Valorizar as atividades culturais do associativismo nas comunidades, promover os talentos criativos através do Programa Portugal Maior e capitalizar as atividades culturais e criativas no âmbito da promoção, pela AICEP, do investimento e comércio externo;
  - Concretizar a participação de Portugal como país convidado na Feira do Livro de Lima, Peru;
  - Dar continuidade ao Plano de Comemorações do V Centenário da Viagem de Circum-Navegação;
  - Desenvolver os programas de tradução e edição de autores de língua portuguesa;
  - Promover a colaboração entre o Camões I.P. e instituições congéneres, como o Instituto Cervantes;
  - Aplicar uma política de internacionalização da língua que considere também o quadro da CPLP, da Organização Ibero-americana e do multilateralismo.

## **2.5. No âmbito da política de cooperação para o desenvolvimento, destacam-se as seguintes medidas:**

- Elaborar o novo Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa;
- Monitorizar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030, nomeadamente na sua dimensão externa, atenta a prioridade



conferida por Portugal aos objetivos de desenvolvimento sustentável de educação de qualidade (objetivo 4), igualdade de género (objetivo 5), indústria, inovação e infraestruturas (objetivo 9), redução das desigualdades (objetivo 10), ação climática (objetivo 13) e proteger a vida marinha (objetivo 14);

- Intervir ativamente nos diferentes dossiês europeus com efeitos diretos ou indiretos na modelação da política da UE em matéria de desenvolvimento e na definição da futura arquitetura financeira europeia para o desenvolvimento;
- Dar continuidade à implementação dos projetos europeus delegados na cooperação portuguesa em diversos países, nomeadamente o RETFOP e FRESAN, além do Procultura e GESTDOC; e negociar novos projetos;
- Reforçar a parceria com as principais organizações internacionais na área do desenvolvimento, designadamente no quadro das Nações Unidas, assim como a cooperação triangular e trilateral;
- Dar início ao processo de negociação e elaboração dos novos Programas Estratégicos de Cooperação (PEC) com os PALOP e Timor Leste, os primeiros dos quais deverão ser negociados com a Guiné-Bissau e com São Tomé e Príncipe, atendendo a que os atuais PEC com esses países terminam a sua vigência em 2020;
- Preparar o exame do Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE à Cooperação Portuguesa;
- Promover a mobilidade académica, através da revisão dos regulamentos de atribuição de bolsas no quadro do programa de bolsas do Camões I.P. e promovendo um melhor acompanhamento dos bolseiros lusófonos em Portugal;
- Consolidar os apoios financeiros às diversas linhas de cofinanciamento de projetos de ONGD nacionais.

## **2.6. No âmbito da valorização da CPLP, destacam-se as seguintes medidas:**

- Valorizar a cooperação desenvolvida por diferentes organismos da administração pública, escolas e universidades, associações empresariais e sindicais e organizações não-governamentais, nas áreas das artes e cultura, educação e ciência, economia e emprego, juventude e desporto, e arquitetura institucional;
- Prosseguir os esforços para se concluírem as negociações de um acordo sobre mobilidade, a ser assinado na cimeira de Luanda;
- Promover a CPLP como um interlocutor da UE na sua relação com África e trabalhar na certificação futura da CPLP enquanto entidade de cooperação junto da Comissão Europeia;
- Reforçar a contribuição portuguesa para o Instituto Internacional da Língua Portuguesa;
- Desenvolver o projeto de Formação Pós-Graduada em Portugal para quadros da administração pública e gestão privada de nacionais dos PALOP.

**2.7. No âmbito da valorização das relações com as comunidades portuguesas, destacam-se as seguintes medidas:**

- Iniciar a implementação do novo modelo de gestão consular (NMGC);
- Reforçar os recursos do Gabinete de Emergência Consular;
- Continuar o acompanhamento próximo da comunidade portuguesa residente na Venezuela, nomeadamente com a continuidade do apoio financeiro à rede de assistência médica e à rede de cônsules honorários;
- Estender a duração do plano de preparação e contingência para o *Brexit*;
- Consolidar os mecanismos de apoio social a emigrantes carenciados (ASIC e ASEC) e proceder à atualização dos valores das prestações sociais do ASIC, nos termos do respetivo regulamento;
- Prosseguir as iniciativas de proximidade e informação à diáspora portuguesa nas mais diversas áreas, tais como os Diálogos com as Comunidades e as campanhas de sensibilização;
- Apoiar a atividade dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE) e realizar o seu Encontro Anual;
- Reunir com todas as Comunidades Intermunicipais (CIMs), com dupla abordagem GAEs e Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID);
- Promover o empreendedorismo da diáspora enquanto alavanca da internacionalização da economia portuguesa:
  - Elaboração, adoção e implementação do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID);
  - Realização, em dezembro de 2020, em Fátima, do V Encontro de Investidores da Diáspora, em parceria com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, e ainda, em julho de 2020, do III Encontro Intercalar de Investidores da Diáspora, nos Açores;
- Apoiar a formação de novas redes de pós-graduados no estrangeiro, designadamente nos países nórdicos e no Brasil;
- Organizar eventos envolvendo as comunidades portuguesas em portos de escala da expedição do navio-escola Sagres, no âmbito das comemorações do V centenário da Viagem de Circum-Navegação;
- Estabelecer novos protocolos de cooperação com municípios estrangeiros, tendo em vista a valorização das respetivas comunidades portuguesas;
- Consolidar os regimes de apoio ao associativismo, tendo especialmente em atenção o seu papel social e cultural;
- Dialogar permanentemente com o Conselho das Comunidades Portuguesas e apoiar as suas atividades, nomeadamente prestando o apoio necessário nas reuniões das diferentes instâncias do Conselho das Comunidades;



- Incentivar a participação eleitoral dos cidadãos residentes no estrangeiro e preparar, no quadro do grupo de trabalho MNE-MAI, as condições de participação nos atos eleitorais a decorrer nos próximos anos;
- Concretizar a segunda fase da digitalização, em parceria com o Ministério da Cultura, do acervo documental existente nos Reais Gabinetes de Leitura do Brasil;
- Entrega do “Prémio Imprensa Nacional/Ferreira de Castro” e lançamento da segunda edição;
- Assinatura de protocolo com a Imprensa Nacional Casa da Moeda tendo como objetivo a publicação de obras literárias no âmbito da Diáspora;
- Elaboração de guias com procedimentos simplificados e normalizados no apoio a questões sociais (adidos sociais e adidos da segurança social);

**2.8. No âmbito do apoio à internacionalização da economia, destacam-se as seguintes medidas:**

- Aprovar e implementar o Programa Internacionalizar 2030, alargando e consolidando a base de empresas exportadoras, diversificando mercados da exportação e atingindo o valor de 50% das exportações no PIB (até meados da década);
- Consolidar a rede externa da AICEP e prosseguir na aposta na sua modernização digital, através da promoção de soluções digitais de simplificação dos serviços prestados pela Agência (Acelerador de Internacionalização Digital, Optimizador de Investimento, *Business Matching*, entre outros);
- Prosseguir a abertura da economia portuguesa ao exterior, visando a diversificação de mercados, potenciando a centralidade atlântica de Portugal e a dimensão económica dos países de língua portuguesa, e dinamizando a cooperação triangular na internacionalização;
- Prosseguir o apoio à internacionalização das empresas e assegurar maior proximidade às empresas exportadoras, com especial atenção às PME, às novas exportadoras e às exportadoras para um só mercado, tirando partido de novas ferramentas como o “Exportar Online” e de uma maior integração da promoção externa conduzida pela AICEP, o turismo, a cultura e as associações empresariais;
- Prosseguir as ações de captação de investimento direto estrangeiro, apostando em mercados estratégicos para a emissão de investimento estrangeiro e no aproveitamento de oportunidades geradas pelos novos instrumentos de política comercial da União Europeia;
- Promover a realização sistemática de Comissões Mistas, pugnar pelo levantamento das barreiras à importação de produtos portugueses, designadamente agroalimentares, e procurar, quando possível, a celebração de acordos para evitar a dupla tributação e de proteção do investimento;
- Prosseguir com o desenvolvimento do Fundo de Fundos para a Internacionalização;



- Prosseguir os processos de coordenação do Plano Nacional de Ações de Promoção Externa e do Plano Nacional de Capacitação para a Internacionalização;
- No contexto da saída do Reino Unido da União Europeia, apoiar as empresas portuguesas, com informação, consultoria, valorização das proteções históricas e incentivos à diversificação de mercados, e promover a atração de investimento, nomeadamente através da Linha de Crédito de Apoio às empresas com exposição ao *Brexit*;
- Acompanhar a negociação e implementação, pela União Europeia, de Acordos de Comércio Livre e promover a conclusão de acordos bilaterais de natureza económica, por forma a potenciar oportunidades já em curso para as empresas portuguesas em mercados terceiros (casos do Canadá e Japão); e levar a cabo a prospeção de novas oportunidades no Sudeste Asiático, na América Latina e na África do Norte e Ocidental;
- Prosseguir a promoção e a qualificação do território para acolhimento de investimento, nacional e estrangeiro, dando especial enfoque às necessidades de revitalização económica do interior do país;
- Continuar os esforços de capacitação e qualificação dos recursos humanos para a internacionalização, através designadamente da Academia Internacionalizar e do programa INOV Contacto;
- Assegurar a participação nacional na Expo Dubai 2020, atendendo à importância do evento para a divulgação do país e da língua portuguesa, mas também ao seu potencial de dinamização económica;
- Participar na organização da *Web Summit 2020*.

## **SEGUNDA PARTE: OS MEIOS FINANCEIROS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL**

### **1. CARACTERIZAÇÃO GERAL**

Devemos começar por lembrar uma observação já feita em notas informativas de anos anteriores: não há, na representação externa, uma correlação necessária entre o volume dos recursos orçamentais e a intensidade e eficácia da ação político-diplomática. Nos assuntos europeus e na política externa multilateral e bilateral, a variável-chave é de natureza política e diplomática. Já quanto às estratégias de internacionalização (educacional, linguística, cultural ou económica), à cooperação para o desenvolvimento, ao ensino do português no estrangeiro e ao serviço consular, a correspondência entre as medidas de política e a sua expressão orçamental é mais visível.

Tendo em consideração este facto, tratar-se-á apenas, nesta segunda parte, das questões que envolvem aquela expressão orçamental. E, quanto a elas, o Governo define para 2020 seis prioridades essenciais:

1. Organizar as condições logísticas e de recursos materiais e humanos relativas à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE), a realizar no primeiro semestre de 2021;
2. Reforçar a participação de Portugal no quadro multilateral e no sistema das Nações Unidas, com particular expressão na organização da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, na primeira celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa e na coordenação dos planos de implementação do Pacto Global das Migrações;
3. Tirar partido da participação de Portugal em grandes eventos internacionais para o reforço da internacionalização da economia, da cultura e da língua portuguesas, com particular expressão na Expo Dubai 2020, na Feira do Livro de Lima, nas comemorações do V centenário da Viagem de Circum-Navegação e na preparação da Feira de Hanôver 2021 e da Feira de Leipzig 2021;
4. Proceder à reestruturação do MNE, com a implementação do Novo Modelo de Gestão Consular, a expansão da rede de embaixadas e serviços consulares e a capacitação dos processos de organização e gestão;
5. Mobilizar os meios do MNE para o apoio ao investimento e às exportações através, designadamente, dos novos Programas Internacionalizar 2030 e de Apoio ao Investimento da Diáspora;
6. Continuar a desenvolver as capacidades do Camões I.P. quer como agência portuguesa para a cooperação bilateral, multilateral e europeia, quer como instituto da língua e da cultura;

Para concretizar estas seis prioridades, o programa de representação externa beneficia de um aumento muito acentuado de meios financeiros, a saber:



- a) O orçamento inicial de despesa ascende a 476,2 milhões de euros (M€), representando mais 61,3 M€ (14,8%) face ao orçamento inicial e mais 87,2 M€ (22,4%) face à estimativa de execução em 2019;
- b) Verifica-se um incremento significativo dos meios financeiros (de origem nacional e comunitária) ao dispor do Camões I.P. (19,5 M€, mais 27,2% - cf., à frente, quadro 2);
- c) O Orçamento de 2020 manterá as garantias de Estado para o Compacto Lusófono (400 M€) e para a linha de crédito da Convenção Portugal-Angola (1.500 M€), ambos beneficiando as empresas portuguesas; e a SOFID disporá de garantias de Estado adicionais no valor de 25 M€;
- d) Quanto ao Fundo dos Fundos para a internacionalização, em 2020 receberá a segunda parcela de 20 M€ do programa quinquenal da capitalização em 100 M€;
- e) A Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE) dispõe de 23 M€ em 2020 (mais os saldos transitados do exercício de 2019) para, designadamente, concluir a contratação total de 238 recursos humanos adicionais para a REPER, os serviços centrais e os serviços periféricos.

Adicionalmente, na sua função de porta única de acesso aos incentivos públicos das empresas estrangeiras e das empresas nacionais com investimentos superiores a 25 M€ ou volume de negócios consolidado superior a 75 M€, a AICEP intermedia a disponibilização de subsídios, créditos e benefícios fiscais ao investimento português e ao investimento direto estrangeiro. Em resultado, em 2019, e pelo segundo ano consecutivo, o investimento contratado através da AICEP suplantou o valor anual dos 1.000 M€, tendo atingido neste ano 1.172 M€, estimando-se que venha a criar cerca de 7000 empregos.

## 2. DESPESA CONSOLIDADA

### 2.1. POR SUBSECTORES

Consideremos agora o orçamento inicial do MNE nos três subsectores em que se decompõe: o subsector Estado, isto é, os serviços da sua administração direta; os serviços e fundos autónomos, isto é, o Camões I.P. e o Fundo para as Relações Internacionais; e as entidades públicas reclassificadas, isto é, a AICEP. A despesa total prevista, naquele orçamento (excluindo linhas de crédito e garantias), é de 476,2 M€.

**Quadro 1 – Despesa consolidada do MNE por subsectores**

(M€)

	2019		2020	Variação Orçamentos (%)	Estrutura 2020
	Estimativa DGO	Orçamento	Orçamento		
<b>Estado</b>	<b>321,2</b>	<b>334,0</b>	<b>366,1</b>	<b>9,6%</b>	<b>63,7%</b>
<b>1. Atividades</b>	<b>308,8</b>	<b>322,9</b>	<b>353,8</b>	<b>9,6%</b>	<b>61,6%</b>
1.1. Com cobertura em receitas gerais	278,2	292,2	294,7	0,9%	51,3%
Funcionamento em Sentido Estrito	222,1	227,2	239,7	5,5%	41,7%
Dotações Específicas	56,1	65,0	55,0	-15,4%	9,6%
Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais	56,1	65,0	55,0	-15,4%	9,6%
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	30,6	30,7	59,1	92,8%	10,3%
Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais					
<b>2. Projetos</b>	<b>12,4</b>	<b>11,1</b>	<b>12,3</b>	<b>10,7%</b>	<b>2,1%</b>
2.1. Financeiro Nacional	11,9	10,0	10,9	8,6%	1,9%
2.2. Financeiro Comunitário	0,5	1,1	1,4	30,2%	0,2%
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>123,9</b>	<b>121,9</b>	<b>151,4</b>	<b>24,2%</b>	<b>26,4%</b>
<b>Entidades Públicas Recllassificadas</b>	<b>41,2</b>	<b>47,9</b>	<b>56,8</b>	<b>18,7%</b>	<b>9,9%</b>
<b>Consolidação entre e intra-setores</b>	<b>97,3</b>	<b>88,8</b>	<b>98,1</b>		
<b>Despesa Total Consolidada</b>	<b>389,0</b>	<b>414,9</b>	<b>476,2</b>	<b>14,8%</b>	
<b>Despesa Efetiva Consolidada</b>	<b>389,0</b>	<b>414,9</b>	<b>476,2</b>		

**A)** O orçamento inicial da administração direta do Estado apresenta, comparativamente com o orçamento inicial de 2019, um crescimento de 32,1 M€ (9,6%). Neste crescimento estão contempladas, entre outras, as verbas de 23 M€ para a preparação da PPUE 2021 e de 3 M€ para os custos externos associados à organização da Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos. O aumento na despesa de funcionamento do MNE servirá também para assegurar o reforço do pessoal diplomático e consular e a expansão da rede.

Concluir-se-á, em 2020, o processo iniciado em anos anteriores de ajustamento do orçamento inicial à despesa efetivamente realizada em cada ano em contribuições e quotizações para organizações internacionais. Pondo em prática uma lógica de gestão prudente e cuidadosa dos recursos, temos aproveitado, no fim de cada ano, os acréscimos de receita própria e as margens obtidas na despesa corrente, para antecipar sistematicamente aquelas contribuições quer obrigatórias, quer voluntárias; o que, por sua vez, vem tornando exequível uma melhor contabilização do exercício de cada ano.

Finalmente, no capítulo da administração direta, deve realçar-se o grande investimento realizado pelo MNE nestes últimos anos na qualificação de instalações, equipamentos e redes informáticas e demais recursos materiais.

**B)** No que respeita aos Serviços e Fundos Autónomos, o valor previsto para 2020 é de 151,4 M€ e representa um acréscimo de 17,4%, o equivalente a mais 22,5 M€, assim justificados:

- Camões: acréscimo de 19,5 M€ comparativamente ao orçamento inicial de 2019. Este acréscimo é devido ao reforço das verbas para a cooperação (18,9 M€) e para a língua e

cultura (800 mil €), conjugado com uma redução das verbas afetas ao funcionamento do Instituto, no valor de 0,2 M€.

- FRI – Fundo para as Relações Internacionais: acréscimo de 3 M€ de receitas próprias em 2020, em linha com a tendência crescente verificada nos últimos anos, além de 7 M€ de saldos transitados, para financiamento da Expo Dubai 2020.

C) No que respeita à AICEP, o crescimento, na maior parte explicado pela participação na Expo Dubai 2020, também inclui o reforço das ações de promoção internacional do país e das suas marcas, produtos e empresas.

## 2.2. POR UNIDADES ORGÂNICAS

O quadro 2 compara o orçamento inicial de 2020 com o orçamento inicial de 2019 para as diversas entidades que integram o orçamento global do MNE.

**Quadro 2 – Despesa consolidada do MNE por unidades orgânicas**

	2019	2020	Variação	2020
	orçamento	Orçamento		
MNE	222,2	311,0	40,0%	54,2%
Camões	71,9	91,4	27,2%	15,9%
<b>Subtotal Funcionamento e Investimento</b>	<b>294,0</b>	<b>402,5</b>	<b>36,9%</b>	<b>70,1%</b>
Organizações Internacionais	65,0	55,0	-15,4%	9,6%
Fundo para as Relações Internacionais	50,0	60,0	20,0%	10,4%
AICEP	47,9	56,8	18,7%	9,9%
<b>Total</b>	<b>456,9</b>	<b>574,3</b>	<b>25,7%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Consolidação entre e intra-setores</b>	<b>42,0</b>	<b>98,1</b>		
<b>Despesa Total Consolidada</b>	<b>414,9</b>	<b>476,2</b>	<b>14,8%</b>	

A leitura fica, assim, facilitada, porque é possível comparar diretamente unidade a unidade. Naturalmente, os valores agregados são os mesmos: a despesa total consolidada, em 2020, será 14,8% superior à despesa inicialmente prevista em 2019, correspondendo a mais 61,3 M €. Mas vê-se melhor:

- a) O aumento muito significativo nas verbas de funcionamento, que permitirá custear o reforço também importante de pessoal afeto à representação externa;
- b) O acréscimo de financiamento para a cooperação, a língua e a cultura;
- c) O financiamento, através da AICEP, da Expo Dubai 2020, além do incremento de verbas para promoção económica internacional;
- d) E o ajustamento contabilístico das quotizações e contribuições internacionais aos valores efetivamente pagos no ano.

### 2.3. POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Na perspetiva da natureza da despesa, a situação do orçamento do MNE encontra-se sistematizada no quadro seguinte:

**Quadro 3 – Despesa por classificação económica**

	Orçamento para 2020					Estrutura 2020
	Estado	SFA incluindo EPR			Total Consolidado	
		SFA	EPR	Total		
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>355,2</b>	<b>142,3</b>	<b>53,3</b>	<b>195,5</b>	<b>461,9</b>	<b>97,0%</b>
01-Encargos com pessoal	158,4	38,1	27,9	66,0	224,4	47,1%
02-Aquisição de bens e serviços	62,9	14,3	21,7	36,0	98,9	20,8%
03-Juros	0,0				0,0	0,0%
04-Transferências correntes	108,4	85,5	3,6	89,0	108,6	22,8%
05-Subsídios						0,0%
06-Outras Despesas Correntes	25,5	4,4	0,1	4,5	30,0	6,3%
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>10,4</b>	<b>10,5</b>	<b>3,5</b>	<b>14,0</b>	<b>14,3</b>	<b>3,0%</b>
07-Aquisição de bens de capital	8,6	0,4	3,5	3,9	12,5	2,6%
08-Transferências de capital	0,4	8,8		8,8		0,0%
11-Outras Despesas de capital	1,8	0,0		0,0	1,8	0,4%
Consolidação entre e intra-subsetores					98,1	
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA</b>	<b>366,0</b>	<b>151,4</b>	<b>56,8</b>	<b>208,3</b>	<b>476,2</b>	<b>100,0%</b>
<b>DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA</b>	<b>366,0</b>	<b>151,4</b>	<b>56,8</b>	<b>208,3</b>	<b>476,2</b>	

As despesas com pessoal mantêm o maior peso relativo no total da despesa consolidada do MNE, representando 47,1%. Elas incluem os encargos com os serviços centrais e a rede externa, diplomática e consular, bem como com a rede do ensino português no estrangeiro e com agentes da cooperação.

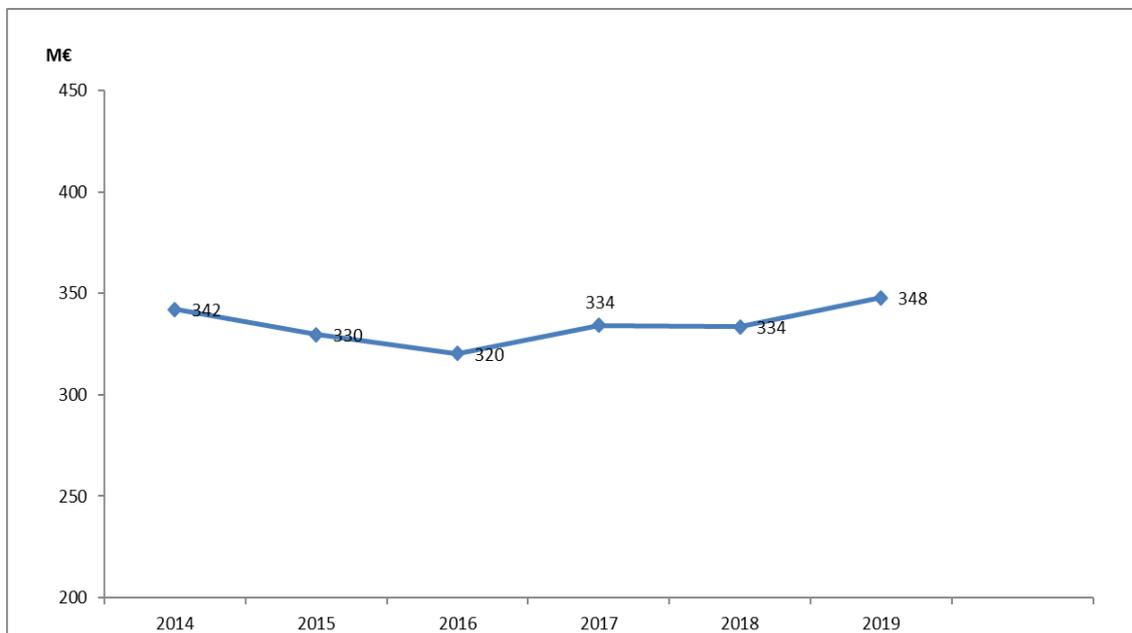
As transferências correntes representam 22,8% do total consolidado, incluindo as contribuições e quotizações para organizações internacionais, as transferências do Fundo para as Relações Internacionais e de outras entidades, e as verbas inscritas no orçamento do Camões para financiamento da cooperação internacional e da ação cultural externa.

### 2.4. POR ANO

O orçamento do MNE representou, continuamente, ao longo dos últimos cinco anos, 0,6% do Orçamento de Estado.

O gráfico abaixo apresentado mostra a evolução da execução das despesas de funcionamento do MNE, considerando todas as fontes de financiamento, exceto o respeitante à AICEP, no período de 2014 a 2019. Recorde-se que o orçamento inicial para 2020 ascende, retirada a AICEP, a 419,4 M€.

**Gráfico 1 – Evolução da Despesa de Funcionamento do MNE**



(1) Exclui AICEP

(2) 2019 - Estimativa de despesa DGO

## **TERCEIRA PARTE: OS MEIOS HUMANOS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL**

### **1. CARACTERIZAÇÃO GERAL**

Os recursos humanos constituem uma variável-chave da diplomacia e da política externa. São também uma das principais restrições exógenas com que temos de operar, originada no quadro geral em cada momento definido para o conjunto da administração pública.

No período do Programa de Ajustamento (2011-2014), o MNE sofreu uma considerável redução dos seus recursos; desde 2015, primeiro procurou contê-la e, depois, encetou um processo de recuperação. Entre as medidas de recuperação, avultam as seguintes:

- a) Abertura (ou reabertura) de pontos da rede externa. Desde 2016, foram abertas ou reabertas uma embaixada (e individualizada, com Representante Permanente próprio, uma missão permanente) um consulado-geral e ativados cinco escritórios consulares, além de 11 delegações da AICEP. Ao mesmo tempo, reduziu-se o número das embaixadas com apenas um diplomata de 16, em 2017, para 12, em 2018, e para nove, em 2019;
- b) Reforço do corpo de diplomatas ao serviço do Estado português, com abertura de concursos para adidos (a única porta de entrada na carreira). Com a abertura, em 2019, de concurso externo para ingresso na carreira diplomática e subsequente provimento de 27 vagas, conseguiu-se o preenchimento total do quadro de 55 adidos, objetivo atingido pela primeira vez em muitos anos. Para 2020, está previsto novo recrutamento de adidos;
- c) Conclusão do processo de regularização da situação de trabalhadores precários (PREVPAC), com a integração nos quadros de um total de 120 funcionários;
- d) Sucessivos ciclos de contratação de funcionários para a rede externa. Entre 2016 e 2018, foram abertos concursos, em postos consulares, para 151 assistentes técnicos, 20 chanceleres e 10 técnicos superiores; em 2019, foram abertos concursos para 51 assistentes técnicos e 4 técnicos superiores (além de outras categorias, num total de 70 posições). Considerando agora o total de funcionários do MNE, em todas as categorias, e de acordo com a última síntese estatística publicada pela Direção-Geral da Administração e Emprego Público, o seu número era de 2.980 em setembro de 2019, o que comparava com 2.813 no final de 2015; e o número de diplomatas era naquela mesma data de 397, o que comparava com 377 no final de 2015;
- e) Melhoria das condições de remuneração dos funcionários, através de medidas comuns a toda a administração pública (como o fim dos cortes salariais e da sobretaxa do IRS e o descongelamento das carreiras) e de medidas específicas do MNE, como a aplicação do mecanismo de correção cambial e a alteração das condições de aplicação do IRS;
- f) Desenvolvimento dos serviços externalizados de apoio ao *front office*, através de centros de atendimento. Em 2019, encontravam-se em funcionamento 17 centros, abrangendo cerca de 100 colaboradores e representando um investimento anual de cerca de 2 M€. Em 2020, funcionará o mesmo número. O objetivo destes centros de atendimentos é assegurar o atendimento geral ao público, permitindo aos funcionários do MNE concentrarem-se em atos consulares específicos;



- g)** Realização de um programa de estágios profissionais (remunerados) para recém-licenciados, o PEPAC-MNE, que, para além do objetivo principal de lhes proporcionar uma experiência de imersão em embaixadas, missões permanentes, consulados e delegações da AICEP, enriquece todos estes pontos da rede externa com novos e valiosos recursos. Nas três edições já decorridas, participaram 82 estagiários em 2015-2016, beneficiando 53 postos; 73 em 2017-2018, beneficiando 61 postos; e 85 em 2018-2019, distribuídos por 70 postos. Em 2019-2020 decorre a quarta edição, com 83 estagiários colocados em 66 postos. Ao mesmo tempo, na mais recente edição 2018-2019 do programa INOV Contacto, foram colocados 34 estagiários na rede externa do MNE.

Para além destas medidas de recuperação do número de efetivos e das suas condições de trabalho e remuneração, o MNE tem desenvolvido várias iniciativas de modernização da rede e dos serviços nela prestados. Delas resultam não só a diminuição das necessidades de contacto presencial dos utentes com os serviços como, sobretudo, um melhor aproveitamento e gestão dos recursos humanos. Destacam-se dois projetos:

- a)** Desenvolvimento de serviços consulares prestados por via telefónica ou digital, que complementam os canais de relacionamento tradicionais, visando proporcionar um atendimento mais fácil, rápido e cómodo, nas funcionalidades de prestação de informações e agendamento de atos presenciais. Este Centro de Atendimento Consular (CAC) iniciou-se em 2018 como projeto-piloto, abrangendo a rede consular portuguesa em Espanha; em 2019, estendeu-se ao Reino Unido. Neste ano, o CAC atendeu 167 mil chamadas e respondeu a 45 mil *emails*. Em 2020, prevê-se a extensão do CAC a outros países europeus, designadamente à República da Irlanda, Luxemburgo e Bélgica;
- b)** O novo sistema de gestão consular que integra a criação do Número Único de Inscrição Consular, que liberta os utentes da necessidade de proceder a novos registos sempre que mudam de residência. A sua implementação foi iniciada em 2019, em 15 postos, devendo atingir a generalidade da rede até ao final de 2020.

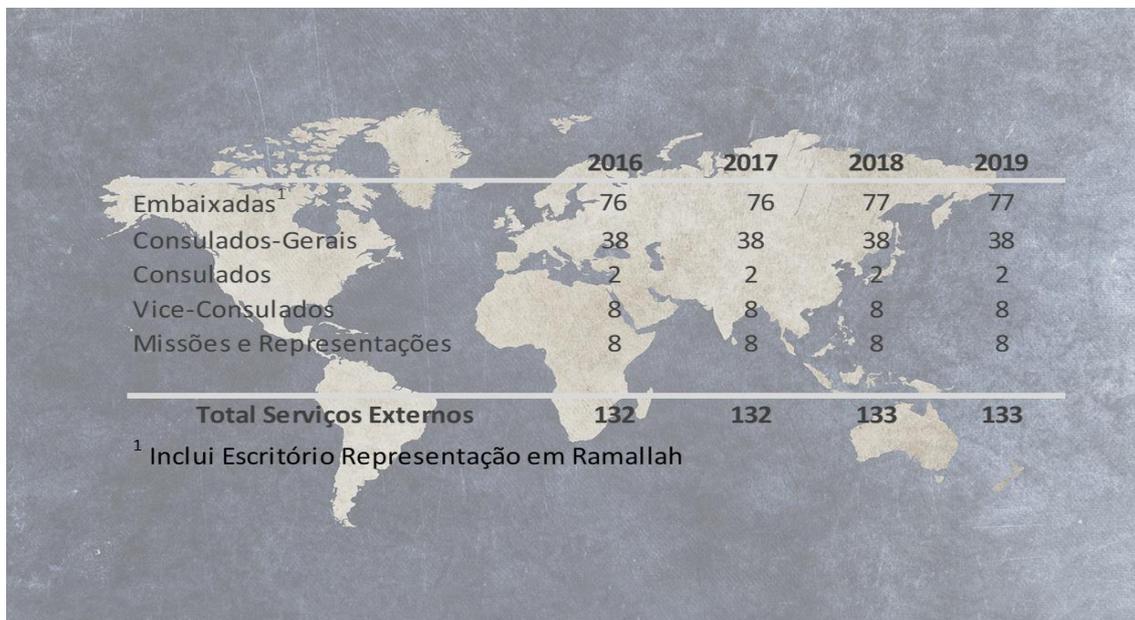
Finalmente, estão contratados ou em processo de contratação os colaboradores que reforçarão o pessoal do MNE nos serviços centrais, na REPER e na rede externa, na preparação e durante a PPUE. O valor total é de 238 técnicos.

Apresentaremos agora, sucessivamente, o mapeamento da nossa rede externa e a síntese dos efetivos por categorias profissionais e funcionais.

## 2. TIPOLOGIA E GEOGRAFIA DA REDE EXTERNA PORTUGUESA

A representação externa do Estado conta com a rede diplomática e consular constituída por embaixadas, consulados gerais, consulados e vice-consulados, missões e representações permanentes. O número atual de serviços na rede externa é de 133 (face a 131 em 2015), com a seguinte distribuição por tipo de posto diplomático:

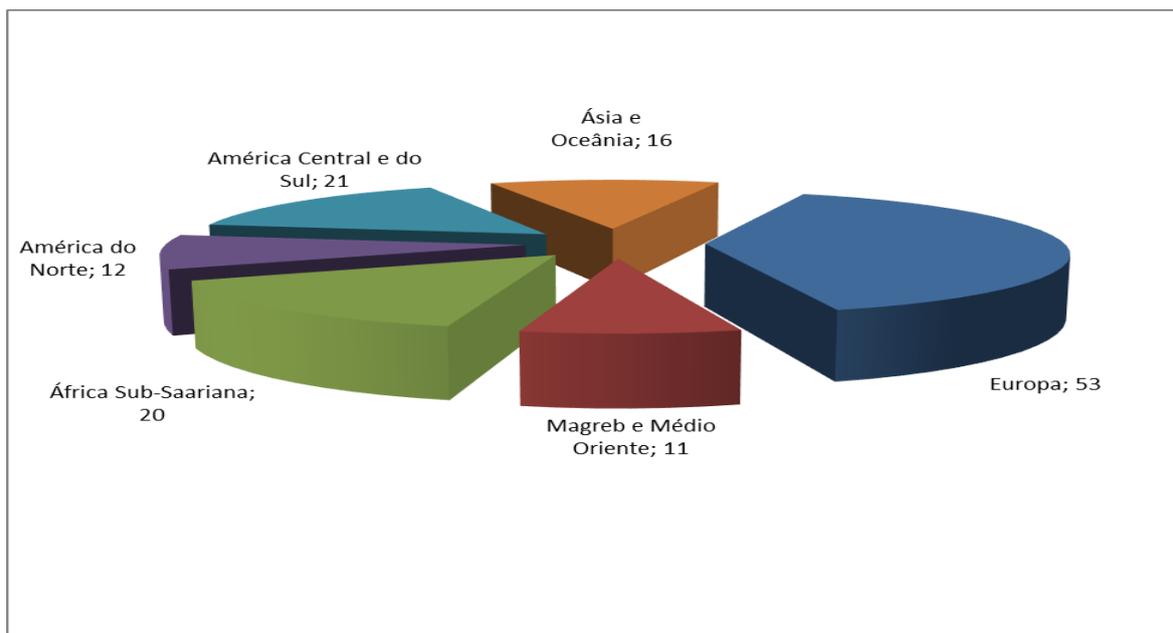
**Mapa 1 – Serviços da rede externa por tipo de posto diplomático (embaixadas, missões permanentes e consulados)**



A estes postos acrescem os escritórios consulares: 1 em 2016, 4 em 2017, e 6 em 2018 e 2019.

A distribuição geográfica dos serviços da rede externa, constante do gráfico 3 e do quadro 5, mostra que os postos diplomáticos se encontram mais concentrados nos continentes europeu e americano.

**Gráfico 2 – Distribuição geográfica dos postos diplomáticos**



#### Quadro 4 – Localização dos postos diplomáticos

	Europa	Magreb e Médio Oriente	África Sub-Saariana	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia e Oceânia	Total	
<b>Embaixadas<sup>1</sup></b>	29	11	14	2	10	11	77	58%
<b>Consulados gerais</b>	15	0	6	7	5	5	38	29%
<b>Consulados</b>	0	0	0	1	1	0	2	2%
<b>Vice Consulados</b>	2	0	0	1	5	0	8	6%
<b>Missões e Representações Permanentes</b>	7	0	0	1	0	0	8	6%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>21</b>	<b>16</b>	<b>133</b>	
	40%	8%	15%	9%	16%	12%		

<sup>1</sup> Inclui Escritório de Ramallah

### 3. CATEGORIAS PROFISSIONAIS E FUNCIONAIS

O Quadro 5 distribui os efetivos do MNE no fim de 2019 por agrupamento profissional. O Quadro inclui os diplomatas em situação de disponibilidade, mas em serviço em Lisboa; e exclui os efetivos dos centros culturais no exterior e os funcionários da AICEP.

#### Quadro 5 – Distribuição dos efetivos ao serviço no MNE em dezembro de 2019, por agrupamento profissional

<b>2019 (31 de dezembro)</b>	
1	Diplomatas 450
2	Pessoal Especializado 71
3	Pessoal Técnico 440
4	Assistente Técnico 221
5	Assistente Operacional 55
6	Pessoal Local (Serviços Externos) 1 257
7	Rede EPE (Leitores e Professores) 381
9	<b>Subtotal Efetivos MNE 2 875</b>
10	Agentes Cooperação 82
11	<b>Total 2 957</b>



Quanto a novas contratações, destaque-se em 2020, para além da conclusão das 70 contratações em curso (já atrás referida) e da também já mencionada contratação de até 238 colaboradores a serem afetos à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, a abertura de um novo concurso para adidos; a substituição de trabalhadores que findam os contratos por aposentação; e o reforço de pessoal afeto a embaixadas e consulados.

O Quadro 6 indica, finalmente, a distribuição dos efetivos por serviço do MNE.

**Quadro 6 – Distribuição de efetivos, em dezembro de 2019 por organismos do Ministério**

<b>2019(31-dez)</b>	
<b>1 Gabinetes</b>	<b>77</b>
<b>2 MNE - Serviços internos</b>	<b>1 007</b>
3 Secretaria Geral	689
4 DGPE	106
5 IGDC	15
6 DGAE	114
7 DGACCP	79
8 PPUE	4
<b>9 MNE - Serviços Externos</b>	<b>1 257</b>
<b>10 MNE - Serviços e fundos autónomos / CICL</b>	<b>616</b>
<b>11 Total Efetivos MNE</b>	<b>2 957</b>